

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE DIAMANTINO – MT**

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2020

A Empresa **JRM CONSTRUÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 11.922.125/0001-95, com sede à Av. Presidente Arthur Bernardes, Nº 901, Sala A3, Bairro Vila Ipase, Várzea Grande- MT, Através do seu representante legal, o Sr. Aristides Metelo Junior, RG no. 1196868-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob no. 006.903.641-13, vem, respeitosamente, à ilustre presença de Vossa Senhoria, com fundamento no art. 109, I, da Lei nº 8.666/1993, inconformada com a decisão levada a efeito nos autos da licitação em apreço, a fim de interpor, tempestivamente, o presente Recurso Administrativo.

RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA INABILITAÇÃO

Em face da decisão proferida por esta respeitável Comissão de Licitação que INABILITOU a DOCUMENTAÇÃO da empresa ora Recorrente, nos autos da licitação Tomada de Preços Nº 006/2020.

I – DA TEMPESTIVIDADE

A decisão que reputou inabilitação da proposta da empresa ora Recorrente foi lavrada em ata e comunicada aos licitantes no dia 18 de Junho de 2020.

Como preconiza o edital no item 19.1 - Os de recursos, eventualmente apresentados pelos participantes decorrente deste Edital, deverão obedecer ao artigo 109 da lei 8.666/93, ou seja, "Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem: I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura de ata nos casos de: a) habilitação ou inabilitação do licitante", onde se estabelece que na contagem dos prazos, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia de vencimento, bem como que os

**AVENIDA PRESIDENTE ARTHUR BERNARDES, 901, SALA A3, VILA IPASE,
VÁRZEA GRANDE-MT**

EMAIL: JRMCONSTRUCOESLTDA@GMAIL.COM FONE: 3044-0005

JRM CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 11.922.125.0001/95

prazos só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão.

Assim, considerando que a intimação do ato, ou seja, a lavratura da ata, assinatura dos representantes e o conhecimento da decisão se deu no dia 18 de Junho de 2020, tem-se início em 22 de junho de 2020 e que o prazo final para apresentação das razões recursais se dá no dia 26 de Junho de 2020, razão pela qual resta inteira e claramente demonstrada a tempestividade da presente peça apelativa, motivo este, que merece ser conhecida in totum, por estarem presentes os requisitos de admissibilidade.

II- DA SÍNTESE FÁTICA

A Recorrente, acudindo chamamento público deste Poder Estadual, prontamente se dispôs a participar deste processo licitatório, instaurado sob a modalidade **TOMADA DE PREÇO**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob o nº 006/2020, tendo por objeto a **"TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO BATISTA ALMEIDA NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT"**

III - DA INABILITAÇÃO DA EMPRESA JRM CONSTRUÇÕES EIRELI ME

Durante a sessão pública de abertura e julgamento, esta Comissão Permanente de Licitação, julgou INABILITADA a empresa ora recorrente por não ter cumprido totalmente o item **7.10.7 - A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) relacionado neste edital, será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional e guia de recolhimento do FGTS onde conste o(s) nome(s) do(s) profissional(ais).** 7.10.7.1 - Será admitida à comprovação do vínculo

AVENIDA PRESIDENTE ARTHUR BERNARDES, 901, SALA A3, VILA IPASE,
VÁRZEA GRANDE-MT
EMAIL: JRMCONSTRUCOESLTDA@GMAIL.COM FONE: 3044-0005

profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum firma reconhecida, mediante ART (cargo e função) devidamente recolhida, e por deixar de apresentar o anexo XIV (DECLARAÇÃO DE QUE CONHECE O CONTEÚDO DO EDITAL E CUMPRIMENTO DOS) e o anexo XIX (DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEI 12.708/2012)

REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A inabilitação da empresa ora recorrente É ILEGÍTIMA E ANULÁVEL, pois a empresa ora recorrente apresentou todas documentações necessárias para tal habilitação.

Assim, em que pese o respeito e o acatamento nutrido pelos membros desta Comissão Permanente de Licitação, a Recorrente, inconformada com a decisão, conforme lhe faculta a legislação, já pedindo adiantadas vênias, vem perante Vossa Ilustre Senhoria, expor e requerer o que segue.

III.1 – DAS RAZÕES RECURSAIS – INABILITAÇÃO DA EMPRESA JRM CONSTRUÇÕES EIRELI ME

DA INABILITAÇÃO DA ORA RECORRENTE pela Comissão Permanente De Licitação Da Prefeitura Municipal de Diamantino- MT com fundamento de não ter atendido as exigências do item 7.10.7 e deixado de apresentar os anexos XIV e XIX.

7.10.7 - A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) relacionado neste edital, será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional e guia de recolhimento do FGTS onde conste o(s) nome(s) do(s) profissional(ais).

JRM C^o NSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 11.922.125.0001/95

7.10.7.1 - Será admitida à comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum firma reconhecida, mediante ART (cargo e função) devidamente recolhida.

Conforme o item do edital 7.10.7.1 - Será admitida à comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum firma reconhecida, mediante ART (cargo e função) **devidamente recolhido.** (grifo nosso)

Ou seja, conforme o texto grifado acima, o edital apenas pede-se que a ART de Cargo e função esteja devidamente Recolhida, Perante ao Órgão fiscalizador, que neste caso é o CREA-MT, e em nenhum momento solicita que tal ART supracitado acima, seja anexada no envelope de Habilitação da TOMADA DE PREÇO Nº 006/2020, E como já relatado por esta comissão, a empresa apresentou o Contrato de Prestação de Serviços, referente a Eng. Stela Maria Metelo Ragazzi. Sendo Assim a empresa JRM Construções irá apresentar em anexo a ART de Cargo e Função Nº 2062385 expedida no dia 21/10/2014 para comprovar que tal ART já encontrava recolhida perante ao CREA-MT, em data anterior a esta licitação acima citada.

Quanto a alegação de que a empresa citada acima, deixou de apresentar os anexos: XIV e XIX, a mesma alega que tais Declarações exigidas em anexo, se tratam apenas de formalidades entre o Órgão licitante e a empresa Concorrente, ou seja, erros formais de documentação, porém que não irá lisurar tal instrumento licitatório. É relevante observar a extensão dos danos ao processo licitatório, à contratação e aos demais licitantes pela ausência de apresentação da declaração pelos licitantes interessados. Seria possível o saneamento? Em consulta à doutrina e à jurisprudência, inclusive trazidas pelo recorrente, a resposta nos parece positiva. Vejamos:

AVENIDA PRESIDENTE ARTHUR BERNARDES, 901, SALA A3, VILA IPASE,
VÁRZEA GRANDE-MT
EMAIL: JRMCONSTRUCOESLTDA@GMAIL.COM FONE: 3044-0005

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região possui a decisão que mais ratifica esse entendimento. Em sua posição defende que o combate ao formalismo excessivo deve ser observado pela Administração Pública. A partir desse julgado, formaremos nossa convicção. É necessário transcrever sua ementa. Vamos a ela:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. NORMAS EDITALÍCIAS. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO CONCORDANDO COM OS TERMOS DO EDITAL. MERA IRREGULARIDADE. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À ADMINISTRAÇÃO E AOS DEMAIS CONCORRENTES. I - Em que pese a vinculação da Administração Pública e dos administrados aos termos da legislação, dos princípios e do edital de regência do certame público, afronta o princípio da razoabilidade a desclassificação de empresa, que pode apresentar proposta mais vantajosa à Administração, quando restar amparada em mero formalismo, como no caso dos autos, em que, apesar da exigência de declaração afirmando a aceitação e submissão a todos os termos e condições do edital, sua omissão não acarreta nenhum prejuízo à Administração, mormente quando tal omissão pode ser suprida pela aceitação tácita ao item 10.4 do Edital que dispõe: "A participação no procedimento implica na integral e condicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições deste Edital e de seus anexos". II - Remessa oficial desprovida.

(TRF-1 - REO: 1566 RR 2004.42.00.001566-4, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE, Data de Julgamento: 24/10/2008, SEXTA TURMA, Data de Publicação: 12/01/2009 e-DJF1 p.43) – grifamos

JRM CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 11.922.125.0001/95

Especificamente, as Cortes Federais Brasileiras já analisaram o caso de troca de documentos em envelopes de certames públicos, razão pela qual, vale também transcrever o entendimento da Corte Federal Fluminense, donde trazemos:

ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO - ABERTURA DE ENVELOPES. EXCESSO DE FORMALISMO - ERRO SANÁVEL – PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. I- Trata-se de Remessa Necessária nos autos do Mandado de Segurança interposto por HOSPFAR IND/ E COM/ DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e FBM INDÚSTRIA FARCÊUTICA LTDA., em face da r. Sentença que julgou procedente o pedido e concedeu a segurança, ratificando a liminar deferida, para determinar ao Impetrado que promovesse a abertura dos envelopes nos quais constavam as propostas de preços das Impetrantes quanto ao pregão presencial 12/2009 em igualdade de condições com as demais licitantes. II- Objetivaram as Impetrantes com o mandamus a revisão da decisão administrativa que obistou abertura das propostas de preço que **as duas empresas impetrantes equivocadamente lançaram nos envelopes destinados à documentação de habilitação**, a fim de assegurar que a parte impetrada considerasse os referidos preços respectivamente propostos sem impor um rigor formal excessivo neste procedimento, eis que o alegado equívoco levou à desclassificação de ambas na licitação promovida pelo Hospital Central da Aeronáutica (Edital de Pregão nº 012/DIRSA-HCA/2009). III- **Certo que a Administração, em tema de licitação, está vinculada às normas e condições estabelecidas no Edital (Lei n. 8.666/93, art. 41), e, especialmente, ao princípio da legalidade, não deve, contudo, em homenagem ao princípio da razoabilidade, prestigiar de forma exacerbada o rigor formal.** IV- **O equívoco cometido pelas Impetrantes de troca de conteúdo dos envelopes com os documentos relativos à habilitação e à proposta de preços não trouxe prejuízos à regularidade da licitação, tratando-se de erro sanável.** V- AVENIDA PRESIDENTE ARTHUR BERNARDES, 901, SALA A3, VILA IPASE, VÁRZEA GRANDE-MT
EMAIL: JRMCONSTRUCOESLTDA@GMAIL.COM FONE: 3044-0005

Negado provimento à Remessa Necessária.

(TRF-2 - REO: 200951010242376 RJ 2009.51.01.024237-6,

Relator: Desembargador Federal RALDÊNIO BONIFÁCIO COSTA,

Data de Julgamento: 10/11/2010, OITAVA TURMA

ESPECIALIZADA, Data de Publicação: E-DJF2R -

Data:18/11/2010 - Página:258) – grifamos.

Dessa forma, amolda-se o entendimento do TRF2 no sentido de que o equívoco poderá ser verificado e resolvido na questão de que a ausência de tal declaração, embora necessária conforme a normativa vigente, não traz prejuízos ao processo e aos demais licitantes, visto estar implícita a sua anuência do edital quando resolveu trazer seus documentos. Ademais, privilegia o princípio da ampla disputa, basilar do processo licitatório brasileiro, onde, com isso, o Erário passará a ter uma expectativa maior de potenciais preços mais competitivos. Por tal razão, no mérito, pede-se a pretensão da empresa recursante.

Data vênua, esta decisão não merece prosperar, pois analisando os fundamentos da INABILITAÇÃO, sem muito esforço, pode-se concluir que a Recorrente atendeu SOBEJAMENTE aos documentos solicitados no edital.

IV – DOS PEDIDOS

Por todo exposto, e no que mais vier a ser suprido pelo vasto saber de Vossas Senhorias, afim de que não se consolide uma decisão equivocada, postula a Recorrente perante esta Comissão Permanente de Licitação, para que se digne a rever a decisão exarada nos autos em apreço, nos seguintes termos

- a) REQUER seja a presente peça apelativa RECEBIDA em seu efeito SUSPENSIVO, consoante dicciona o art. 109, §2º, da Lei nº 8.666/93;
- b) REQUER ainda, seja cumprido o que determina o Edital com a HABILITAÇÃO da RECORRENTE;

JRM C_MSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 11.922.125.0001/95

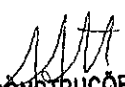
- c) REQUER seja REVISTO e RECONSIDERARADO sua decisão, de modo a julgar a empresa **JRM CONSTRUÇÕES EIRELI-ME**, CNPJ nº **11.922.125/0001-95**, com sede à Av. Presidente Arthur Bernardes, Nº 901, Sala A3, Bairro Vila Ipase, Várzea Grande- MT como **HABILITADA** neste certame;
- d) Caso não seja reconsiderada a decisão ora guerreada – o que se admite apenas por cautela e argumentação –REQUER seja remetido os autos, instruído com a presente insurgência à autoridade hierarquicamente superior, conforme estabelece o art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/94, havendo de ser acolhido e provido, em todos os seus termos o presente recurso, reformando-se a decisão “a quo”, como requerido.

Termos em que,

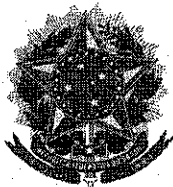
Pede e espera DEFERIMENTO.

Cuiabá/MT, 23 de Junho de 2020

JRM CONSTRUÇÕES EIRELI-ME
ARISTIDES METELO JUNIOR - PROPRIETÁRIO
RG NO. 1196868-0 SSP/MT
CPF 006.903.641-13,


JRM CONSTRUÇÕES EIRELI
CNPJ: 11.922.125/0001-95

AVENIDA PRESIDENTE ARTHUR BERNARDES, 901, SALA A3, VILA IPASE,
VÁRZEA GRANDE-MT
EMAIL: JRMCONSTRUCOESLTDA@GMAIL.COM FONE: 3044-0005



1. Responsável Técnico

STELA MARIA METELO RAGAZZI

Título Profissional: * Engenheiro Civil

RNP: 1212848977

Registro: MT029617

Empresa: NENHUMA EMPRESA

Registro: 0

2. Dados do Contrato

Contratante: JRM CONSTRUÇÕES LTDA-ME

CPF/CNPJ: 11.922.125/0001-95

Endereço: RUA EURICO GASPAR DUTRA, RESIDENCIAL PAULA CRISTINA I

Nº 586

Cidade: VARZEA GRANDE

Bairro: VILA IPASE

UF: MT

CEP: 78125200

Tipo de Contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

Valor: 0,00

Honorários: 4.344,00

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: JRM CONSTRUÇÕES LTDA-ME

CPF/CNPJ: 11.922.125/0001-95

Endereço: RUA EURICO GASPAR DUTRA, RESIDENCIAL PAULA CRISTINA I,

Nº 586

Cidade: VARZEA GRANDE

Bairro: VILA IPASE

UF: MT

CEP: 78125200

Latitude:

Longitude:

Data de Início: 21/10/2014

Previsão de término: / /

Número do Contrato:

Custo da Obra: 0,00

Dimensão: 0,00

Data do Contrato: / /

4. Atividade Técnica

1. Cargo e Função

RESPONSÁVEL TÉCNICO DA PJ DENTRO DAS ATRIBUIÇÕES

12,00

H/

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

Para inclusão da ART no Acervo Técnico, é necessário que seja entregue no CREA-MT uma via original assinada da mesma.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de classe

1-NAO INFORMADO

8. Assinaturas

9. Informações

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Varzea Grande, 21 de Outubro de 2014

Local

de

Data

de

STELA MARIA METELO RAGAZZI - CPF: 03685658158

JRM CONSTRUÇÕES LTDA-ME - CPF/CNPJ: 11.922.125/0001-95

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do CREA
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mt.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-mt.org.br atendimento@crea-mt.org.br

tel: (65) 3315-3000 fax: (65) 3315-3000



Nosso Número: 14/181000002062385-4

Valor ART R\$ 63,64

Paga em 21/10/2014

Valor pago: R\$63,64



ART emitida pela Internet. Para confirmar a veracidade das informações nela constantes, entre no site www.crea-mt.org.br - Profissional - ou - pelo APP do CREA-MT, disponível na Play Store.